

EXTENSÃO RURAL INSPIRADA EM CARLOS BRANDÃO:

A formação dos agentes de ATER nos cursos de Ciências Agrárias da ESALQ/USP

RURAL EXTENSION INSPIRED BY CARLOS BRANDÃO:

The training of ATER agents in ESALQ's/USP agricultural sciences courses.

Luciana Maria de Lima Leme^()*

*Ademir de Lucas^(**)*

*Gabriela Maria Leme Trivellato^(***)*

Resumo

Este artigo se propõe a apresentar uma visão da Extensão Rural e do papel dos extensionistas segundo a qual estes devem, em primeiro lugar, comprometer-se com o bem-estar das famílias de agricultores familiares e com o equilíbrio ambiental. Isto é feito por meio de uma análise crítica da disciplina de Extensão Rural ministrada nos cursos de Ciências Agrárias da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ/USP). O Prof. Carlos Rodrigues Brandão, em seus trabalhos, defendia o respeito e o cuidado para com as populações locais em detrimento da destruição ambiental pautada pelo lucro. Espera-se que as reflexões propostas neste texto inspirem a formação de extensionistas que tenham o Prof. Brandão como modelo de atuação profissional, sobretudo no que concerne ao seu olhar atento sobre as populações tradicionais e sua atuação junto ao Movimento de Educação de Base (MEB) e à Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Palavras-chave: Extensão rural. Lei de ATER. Cursos de ciências agrárias.

Abstract

This article aims to present a vision of Rural Extension and the role of extension workers according to which they must, first and foremost, commit themselves to the well-being of family farmers and environmental protection. This is done through a critical analysis of the Rural Extension discipline taught in the Agricultural Sciences courses at the Luiz de Queiroz College of Agriculture (ESALQ/USP). Prof. Carlos Rodrigues Brandão, in his works, defended respect and care for local populations to the detriment of environmental destruction driven by profit. We hoped that the reflections proposed in this text will inspire the training of extensionists to have Prof. Brandão as a professional performance role model, especially with regard to his attentive look at traditional populations and his work with the Base Education Movement (MEB) and the Pastoral Land Commission (CPT).

Keywords: Rural extension. ATER law. Agricultural science courses.

^(*) Doutoranda em Ciências. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI ESALQ/CENA/USP), Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil. Extensionista do Bem-Estar Social II (EMATER/MG). Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, Ouro Fino/MG. E-mail: luma-leme@usp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7747-6838>

^(**) Doutor em Epidemiologia Experimental Aplicada às Zoonoses. Técnico Especializado de Nível Superior aposentado da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ/USP), Piracicaba, SP, Brasil.
E-mail: ademirdelucas@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2088-6625>

^(***) Doutoranda em Ciências, Bolsista CAPES PROEX. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (PPGI ESALQ/CENA/USP), Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil. E-mail: gabriela.mltrivellato@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1056-311X>

1 INTRODUÇÃO

Este estudo se propõe a dialogar sobre o papel histórico e educacional da Extensão Rural no Brasil e a necessária e conivente formação acadêmica de profissionais, por meio da disciplina de Extensão Rural¹, nos cursos de graduação em Ciências Agrárias da ESALQ/USP. Estes futuros agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) poderão atuar tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Interessa-nos aqui, de modo especial aqueles agentes de ATER comprometidos com o desenvolvimento dos territórios em que atuarem profissionalmente. E, sobretudo, preocupados com o bem-estar das famílias de agricultores familiares, em termos de saúde e desenvolvimento educacional. Neste ponto, esta pesquisa almeja que os futuros agentes de ATER possuam o mesmo respeito e cuidado pelas comunidades defendidos e propagados nos trabalhos do Prof. Carlos Rodrigues Brandão. Trata-se de reconhecer a importância que Brandão dava às necessidades das comunidades tradicionais com as quais trabalhava. Na nossa perspectiva, para além dos conhecimentos técnicos, os extensionistas precisam reconhecer os seres humanos com os quais trabalham. Os trabalhos de Brandão junto à antropologia e à pesquisa participante, desde o início de sua trajetória no Movimento de Educação de Base (MEB), nos anos sessenta, podem oferecer ferramentas para desenvolver estas capacidades nos futuros agentes de ATER.

O extensionista passa a viver na localidade assistida e acreditamos que ele se insere naquela comunidade tal qual um antropólogo em pesquisa de campo. Como pode um agente de ATER promover desenvolvimento territorial sem, em primeiro lugar, conhecer as pessoas e suas necessidades? Onde moram, como vivem, com quem vivem? Quais as pessoas do núcleo familiar que tomam as decisões e quais influenciam fortemente nas decisões da propriedade? Em segundo lugar, como ele pode atuar sem saber como funciona a política da localidade? Quais são os líderes comunitários, quais são as instituições que, de fato, decidem? Quais são os “poderosos” que mandam e desmandam, quais as pessoas ligadas a eles e até que ponto seu poder atua e funciona? (Prado Júnior, 2014). Esta perspectiva se associa à visão de Brandão (1995):

¹ A relevância dos estudos dedicados à reflexão sobre o ensino superior encontra-se respaldada pelo documento “Declaração mundial sobre a educação superior no século XXI: visão e ação”, das Nações Unidas (UNESCO, 1998).

com a exceção de algumas pesquisas antropológicas junto a comunidades camponesas, quase todas as investigações atuais sobre segmentos das classes populares privilegiam as suas unidades sociais de trabalho e participação política ou pré-política, ou então as agências de mediação, como as de educação popular, sempre associadas aos movimentos populares. (...) O que tem feito imensa falta são estudos mais demorados, capazes de dar conta da explicação do modo como em uma vila operária ou em um aglomerado rural de posseiros, as pessoas vivem a experiência da organização e da mobilização social em todas as suas dimensões, do par de namorados ao núcleo local de um partido político ou de uma representação sindical. (...) Um pouco mais de sensibilidade humana para compreender as tramas do político, revela sem muito custo que as “pessoas do povo” não se afiliam a grupos e movimentos sociais modernos e contestadores porque internamente realizam a síntese de graus específicos de consciência política. Elas se “engajam” e participam, também, porque são parentes, são amigos, são “cumpadres”, são companheiros de vida e trabalho em outras esferas, são afiliados de um mesmo grupo religioso. Porque se devem, antes e fora de sua afiliação a uma comunidade eclesial de base, obrigações de fidelidade e razões de afeição. E também, por isso, ou contra isso que as opções populares se realizam (BRANDÃO, 1995, p. 112-113).

A formação de agentes de ATER aqui considerada, encontra-se sob os princípios da Lei nº 12.188, sancionada em 11 de janeiro de 2010. Instituído a Política Nacional de ATER (PNATER) e de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PRONATER), alterando a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e dando outras providências.

A sigla ATER — Assistência Técnica e Extensão Rural — se utilizada em sentido amplo (*lato sensu*) pode gerar uma falsa impressão de que tais conceitos são sinônimos ou intercambiáveis entre si. Porém, a diferença está nos objetivos intrínsecos a cada conceito: “a assistência técnica se volta a questões de ordem prática, como oferecer soluções e orientações pontuais, restritas à esfera tecnológica do estabelecimento rural” e, por sua vez, “a extensão rural contempla objetivos de caráter social, espacial, ambiental e de longo prazo” (CALDAS; ANJOS, 2021, p.24).

Em *O afeto da terra* (1999), Brandão nos comove ao descrever a apropriação dos recursos naturais pelo aparato tecnológico (de forma figurativa, na imagem da motosserra, mas podemos lembrar de diversas ferramentas empregadas para o mesmo fim) e a desapropriação dos recursos do camponês pelos ricos. Este olhar crítico sobre as dimensões sociais e ambientais das comunidades assistidas/estudadas é fundamental no trabalho de um antropólogo e, ainda mais, de um agente de ATER:

Compreende-se que nos dias de hoje alguns termos nucleares das relações natureza—sociedade foram muito mudados e, em certos casos, invertidos mesmo. Os recursos naturais necessários à reprodução da vicia rústica estão sendo esgotados ou estão tornando-se menos adequados (mais fracos, menos

férteis, mais poluídos), diante de uma tecnologia de domínio e de apropriação muito mais poderosa e avassaladora: a reconhecida utilidade da “motosserra”, o horror camponês diante dela, considerada por muitos como “a pior arma que existe”. Uma vertiginosa tecnologia de controle do mundo natural, associada na cronologia dos últimos anos a uma múltipla e evidente piora das condições naturais de produção camponesa e de reprodução social de um modo de vida tradicional, associa-se ainda a uma compreensão de que a lógica jurídico-política da sociedade envolvente conspira em uma dupla direção contra as pessoas do mundo rural. Primeiro: ela soma aos problemas sociais da produção da agricultura e da pecuária familiar, uma série de neovalores e códigos externos que estendem de uma maneira não compreensível as proibições de acesso e uso dos recursos da natureza a limites inaceitáveis. Segundo: ela reinaugura uma desigualdade de direitos e deveres ainda mais inaceitável, pois enquanto, de uma maneira sentida como crescente, acrescenta interdições e invade o mundo rural de punições e de agentes de controle arbitrários, parece dar aos “de fora”, aos “ricos”, os direitos outrora percebidos como “de todos” e hoje proibidos aos homens do campo (BRANDÃO, 1999, p. 61-62).

Segundo a Lei nº 12.188/2010, a Extensão Rural (*stricto sensu*), é uma modalidade de assistência técnica educacional extraescolar e extracurricular à população rural e à agricultura, com uma abordagem não-formal, cooperativa, participativa e dialógica. Ela não se limita à mera transferência de tecnologia agropecuária, florestal e gerencial. Mas, deve garantir a melhoria da qualidade de vida aos beneficiários da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil (PNATER): assentados da reforma agrária; povos indígenas; remanescentes de quilombos; demais povos tradicionais; agricultores familiares (nos termos da Lei 11.326 de 24 de julho de 2006) silvicultores, aquiculturas, extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação.

Sob a perspectiva da Lei nº 12.188/2010, a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários em questão deve ocorrer através: (1) do acesso aos mercados de bens e serviços, e do aumento da produtividade, rentabilidade e competitividade das suas atividades agropecuárias e/ou florestais, sem prejuízo para o meio ambiente; (2) da melhoria das condições de saúde, nutrição, habitação, educação, vestuário e recreação; (3) da conscientização e organização da população rural, para sua inclusão social e maior participação social e política, em particular, nas decisões do poder local.

O ensino nas universidades por meio da disciplina de Extensão Rural deve alinhar-se e legitimar a formação acadêmica do(a) extensionista rural, segundo os princípios da Lei de ATER, nº 12.188/2010. A nova ATER passa a ser um dos instrumentos de apoio ao desenvolvimento rural e guia para a disciplina de Extensão

Rural. A formação acadêmica dos profissionais da área de Ciências Agrárias deve fomentar a missão, os objetivos, as estratégias, a metodologia e as práticas compatíveis com os requisitos desse novo processo.

A presente investigação se configura sobre um processo metodológico idiossincrático entre a pesquisa bibliográfica (Gil, 2008; Sousa; Oliveira; Alves, 2021), desenvolvida pela primeira autora e a pesquisa participante (Freire, 1999; Oliveira; Oliveira, 1999; Brandão; Borges, 2007), resultante dos estudos e trabalhos do segundo autor. Foram quarenta e três anos de vivência na área de ATER. Somam-se dez anos na CATI/SP (1979 a 1989), convivendo diariamente com agricultores familiares. E acrescentam-se, ainda, mais trinta e três anos junto aos integrantes da “Cooperativa de Produtores Agropecuários de São Pedro/SP – COOPAMSP” (Retière, 2014) e entre os estudantes da ESALQ/USP (De Lucas; Marques; Sarmiento, 2010; Trivellato; Leme; Lucas, 2022), por meio do Grupo de Extensão de São Pedro/SP (GESP) da ESALQ/USP, fundado em 1989.

A relevância da pesquisa participante como um “estudo da vida cotidiana” estabelece-se ao se conquistar um acesso para o conhecimento das inerentes questões sociais: “[...] sem isso, a importância da cotidianidade ficará teoricamente muito reduzida e, apenas eventualmente, a descrição da vida cotidiana terá algum valor científico para o conhecimento do homem” (Azanha, 2010, p. 72). A pesquisa participante visa deslocar propositamente as áreas de estudo “das universidades para o campo concreto da realidade”, modificando “a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito de estudo” (idem). Do mesmo modo que frisado em Brandão (1995) em sua trajetória, a pesquisa participante favorece e “induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitar ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos” (BORDA, 1999, p.60).

Neste artigo, buscamos reconhecer a proximidade entre o trabalho do extensionista e aquele do antropólogo pesquisador, como foi desenvolvido por Brandão (1994) em sua vida de acadêmico e militante. Para ele, o centro eram os seres humanos das comunidades tradicionais, suas formas de expressão, suas estratégias de inserção social, suas formas de relação com a natureza:

Nossa pesquisa foi exclusivamente sobre a vida dos homens e mulheres do campo [...], e, [...], a questão central, quase única, foi a que faz o próprio mote de nosso projeto

geral: aprender como uma cultura patrimonial de agentes diretos sobre o mundo natural estabelece uma lógica da natureza (como a natureza “natural” e a natureza socializada são pensadas por ela, sistemicamente) e uma ética do ambiente (através de que valores, princípios e sensibilidades, códigos de trocas entre seres humanos-e-sociais e seres não-humanos-e-naturais, mas passíveis de serem socializados, incorporados vivencial ou simbolicamente à vida social, aos imaginários e aos códigos sociais da cultura, são diferencialmente estabelecidos) (BRANDÃO, 1999, p. 17).

2 BRANDÃO E O OLHAR SOBRE OS QUE DE FATO NECESSITAM:

CONTRIBUIÇÕES DA ANTROPOLOGIA PARA OS AGENTES DE ATER

O Professor Brandão abre o livro “Pensar a prática: escritos de viagem e estudos sobre a educação” (1984) com uma citação de Michel Foucault (1978), extraído da obra “Microfísica do Poder”:

O problema não é mudar a “consciência” das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder -, mas de desvencilhar o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento (BRANDÃO, 1984, p. 5).

No texto “Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil”, Brandão (2007b) explica:

Uma racionalidade empresarial domina todo o cenário da cidade, do campo e das relações entre um e outro. Essa racionalidade de que o “agronegócio” é o melhor (e o pior) espelho altera estruturas sociais de poder, de apropriação de espaços de vida, trabalho e produção. Altera – às vezes depressa demais – espaços, terras, territórios, cenários, tempos e paisagens. Movida pelo peso do capital, pela racionalidade capitalista e por uma tecnologia industrializada que em poucos meses transforma biomas de cerrado no norte de Minas em milhares de alqueires do deserto verde dos eucaliptais e que faz os círculos de plantio de soja em lavouras irrigadas chegarem até nas portas de Brasília, além de alterar a vida de paisagens e de pessoas, das beiras do Chuí às do Oiapoque. Por toda a parte estamos envolvidos com novos termos entre a terra e o trabalho, novos conflitos, ou o aguçar dos velhos conflitos entre antigos e novos personagens rurais ou “no campo”. Uma racionalidade centrada no lucro, na competência especializada e na competição legitimada como uma forma quase única de realização do “progresso” quebra o que resta ainda de visões e vivências tradicionais de tempo-espaço rural e de modos de vida a que se aferram ainda os índios e os camponeses (BRANDÃO, 2007b, p. 38-39).

No que se refere à inspiração que o pensamento de Brandão pode oferecer aos novos agentes vinculados à assistência técnica e extensão rural, convém lembrar suas práticas educacionais junto aos povos oprimidos, especialmente os camponeses residentes do interior do país (BRANDÃO, 1981; 2012). Como Brandão e Maristela Borges (2014) apontam em **O lugar da vida: comunidade e comunidade tradicional**, é

necessário reconhecer, sobretudo no contexto latino-americano, que os marginalizados são, de fato, a imensa maioria cujas necessidades são silenciadas. É esta maioria marginalizada – e silenciada - que, na conjuntura do agronegócio necessita da atenção dos agentes de ATER. Para Brandão (2008, p. 8), é de fundamental importância “um olhar atento sobre cenários de encontros (...) como a educação para a paz, a educação e direitos humanos, a educação ambiental, a economia solidária, as diferentes ações ambientalistas, e, no seu extremo, as ações diretas de antigos e de novos movimentos sociais”. Para Brandão (2008),

Educação popular e pesquisa participante, assim como variantes mais atuais com as quais me vejo envolvido agora, como a educação ambiental e a economia solidária, são esboços de teorias, de propostas de ação social, e de projetos e programas de trabalho, pensadas e total ou parcialmente praticadas - algumas vezes até mesmo como políticas públicas de municípios e até mesmo de estados da federação – pensados e vividos como alternativas de ação social amplamente conhecidos e desigualmente divulgados, promovidos, praticados, sob as mais diversas formas e vocações (...). São sempre presenças substantivas em todos os fóruns mundiais de educação e em todos os fóruns sociais mundiais. Um interesse teórico e prático pela educação popular e a pesquisa participante - quase sempre entendida como um instrumento de trabalho da educação popular e de suas derivadas - de algum modo sofreu uma redução visível, sobretudo nos últimos anos. Que isto não signifique que não permaneçam sendo inúmeras as unidades de ação social e muitas e crescentes em número as pessoas que se definem como suas praticantes, dentro e fora do mundo universitário; dentro e fora de instâncias do poder público (BRANDÃO, 2008, p. 7-8).

Brandão e Borges (2014) definem os povos que necessitam de assistência - seja da Universidade, de movimentos sociais, do poder público, dos órgãos de ATER - das como a imensa maioria da população:

Observemos que sendo por exclusão ou eleição algo que se refere, sobretudo em contextos como os latino americanos, às “imensas maiorias” dos pobres e postos à margem, uma comunidade, para ser o que é, configura-se sempre como uma unidade mínima – por isso aparentemente minoritária – dessa maioria. Por isso também é que mesmo antes de nos pensarmos como uma “aldeia global”, a realidade das pequenas comunidades populares está tanto na peculiaridade de presença e vida social de cada uma delas, como na teia, visível ou não aos “de fora”, de iguais unidades tradicionais de vida e trabalho, que torna possível – tanto ou mais do que a cidade e o mercado – a existência de cada uma (BRANDÃO; BORGES, 2014, p. 4).

É necessário, portanto, lançar um olhar sobre aqueles que de fato necessitam. Nas palavras de Brandão (2007):

Deixemos de lado os senhores do poder e do capital e foquemos o olhar sobre os outros “homens da terra”, a começar por pessoas, famílias e comunidades de

povos indígenas e quilombolas até todos os outros, se possível: os agricultores e pecuaristas, agricultores camponeses, de produção ainda familiar, pequenos proprietários, sítiantes tradicionais; os trabalhadores rurais parceiros, “agregados” e “moradores” ou não, trabalhadores parceiros, meeiros e, no limite, arrendatários. Sigamos adiante em direção aos outros “herdeiros”, “deserdados” e expropriados da terra: os camponeses, os expropriados, os trabalhadores diaristas, volantes, os peões de fazendas, os acampados nas beiras de estrada e os assentados da reforma agrária, enfim, os homens pobres da terra. Em que espaços eles habitam, vivem, trabalham, se reproduzem e pensam a vida e o mundo? Em que tempos se movem e como representam o seu passar? Como, nesta era em que mesmo no campo tudo muda e permanece como está, tudo se move (a começar pela vida dos migrantes) e, aqui e ali, parece ainda tão igual a sempre, tão “parado no ar”? Claro, não chegarei perto de muitas sugestões de respostas a essas perguntas e àquelas que suas respostas haverão de reabrir. Creio, no entanto, que poderia ser proveitoso abirmos nossos horizontes aos seus limites máximos e realizarmos juntos um exercício de precária classificação das aproximações e diferenças entre o habitar espaços, criar espaços, viver espaços e pensar, no tempo, os espaços da vida (BRANDÃO, 2007b, p. 49-50).

Na sua dissertação de mestrado *Peões, pretos e congos: relações de trabalho e identidade étnica em Goiás* (BRANDÃO, 1974), destacamos o ponto de partida de Brandão ao trabalhar com a comunidade escolhida: entender sua lógica, a condição de onde estas pessoas vêm, quais suas necessidades, suas lutas. Ou seja, os agentes de ATER precisam entender quem são as pessoas que eles assistem. Com efeito, os pensamentos de Carlos Brandão oferecem para estes futuros agentes de ATER uma infinidade de ferramentas de como proceder junto a estas pessoas.

O discurso do negro de Goiás categoriza uma sociedade e também os modos de relação entre trabalhadores e patrões rurais e urbanos. Uma versão própria da ideologia da sociedade confunde-se então com a de trabalhadores brancos inscritos na mesma prática econômica. Entretanto, se a ideologia é a de uma classe social, o discurso pelo qual ela fala é tomado aqui junto ao trabalhador negro, tal como ele explica a sua sociedade e como se representa a si próprio, ainda não como uma minoria étnica, mas como um tipo local de produtor de bens. Brancos e negros de Goiás compartilham a experiência de viverem juntos 250 anos produzindo ouro, gado e cereais. Durante este período, redefiniram-se algumas vezes como tipos étnicos e como produtores locais. Mais de uma vez precisaram rever, em suas versões ideológicas, o que se refere a posições e relações, tanto entre negros e brancos, quanto entre empregados e patrões, quando transformaram-se de mineiros (branco e senhor) e mineradores (preto e escravo), em criadores (branco e patrão) e peões (brancos e negros, empregados). A ideologia dos negros de Goiás remete a momentos sequentes e opostos, o conhecimento de como as pessoas são, como vivem e como trabalham hoje. O presente não se interpreta por si mesmo, mas está envolvido dentro de um discurso de valores “entre tempos”. Assim, todas as coisas que existem agora e através das quais as pessoas se enfrentam são definidas a partir de um confronto com tempos anteriores e pelas formas como os mesmos tipos de sujeitos e relações existiram dentro de cada um deles (BRANDÃO, 1974, p. 1-2).

O seguinte trecho de **A partilha da vida** (BRANDÃO, 1995) lembra a proximidade entre o agente de ATER e a comunidade assistida. Como pode um agente de ATER se aproximar de pessoas sem conhecê-las? Como ele pode desenvolver seu trabalho sem envolver-se com os dramas de vida destas pessoas? No nosso ponto de vista, ATER não se resume à venda de substâncias químicas – as quais irão adoecer as pessoas ou endividá-las. O trabalho de um agente de ATER, na nossa perspectiva, implica estar junto da comunidade, buscando desenvolvê-la. Significa um interesse sincero por estas pessoas.

A partilha da vida não é o único trabalho derivado de um longo e entrecortado tempo de vivências e investigações na região do Alto Paraíba e, nela, em São Luís do Paraitinga, em Catuçaba e nos seus bairros rurais vizinhos. Vivi lá momentos e motivos diferentes, participei de criações e escrevi relatórios de pesquisa diversos. De 1979 até 1986 experimentei entre as pessoas e os cenários rurais da região de São Luís do Paraitinga, quase todas as vivências que um pesquisador pode esperar em tais situações. Estive por lá em um rápido fim-de-semana, acompanhando uma festa na cidade ou em um bairro. Vivi “com os de Catuçaba” longos e inesquecíveis meses, habitando a pequena “casa do professor”, que por três anos aluguei de Seo Abílio, notável folião de Santos Reis. Terminado um trabalho de campo, pouco tempo depois surgiam razões para voltar, para um outro. Por isso, tantas estórias (BRANDÃO, 1995, p. 4).

Um pouco mais adiante neste mesmo texto, Brandão (1995) escreve:

Não pude deixar de fazer um pouco da história local da região. (...) Procuo me aproximar de um exercício de classificação de imaginários, primeiro dirigidos aos cenários dos sujeitos (do “sertão” a “cidade”) e, depois, aos sujeitos dos cenários (do “sertanejo” ao “morador da cidade”). Dedico-me por longas páginas - o leitor julgará se em demasia - a pensar não tanto as estruturas intra e interfamiliares da reprodução camponesa, mas os momentos e situações da experiência vivida da vida camponesa. Por isso, talvez pela primeira vez o leitor encontrará aqui páginas dedicadas à solidão no mundo rural e às delícias do “estar a dois”. Em meio a tantos excelentes estudos sobre a participação política dos homens e mulheres do campo através de seus movimentos sociais, dedico-me a entrevistê-los do outro lado de suas vidas: na convivência cotidiana da rotina e da festa. Tanto quanto posso, e com menos recursos teóricos do que seria de desejar, mergulho em idéias e vivências de meus sujeitos quando se pensam a si mesmos como pessoas de corpo e alma. Isto é, penso com eles o que me parece que eles pensam sobre seus corpos e almas. Esta me parece a melhor porta de entrada para, a seguir e em *O Afeto da Terra*, colocá-los, em outras montanhas, frente a frente com o mundo de natureza com que convivem íntima, generosa, desconfiada e trabalhosamente (BRANDÃO, 1995, p. 7-8).

O trabalho de um agente de ATER, portanto, como o de um antropólogo, implica lançar um olhar sobre as pessoas, admirar-se com seus trabalhos, suas rotinas

e propor as mudanças técnicas que assim puderem e desejarem de acordo com seus anseios e possibilidades.

3 EXTENSÃO RURAL NO BRASIL E AS CONTRIBUIÇÕES DE BRANDÃO PARA OS AGENTES DE ATER

No Brasil, desde 1930 até o fim da segunda guerra mundial, em 1945, houve várias tentativas para levar ao homem do campo e seus filhos uma assistência educacional. Temia-se que a transferência de grandes contingentes de trabalhadores do meio-rural para as grandes cidades, em decorrência da industrialização, pudesse ameaçar não somente a sua segurança, mas prejudicar a produtividade no campo (Olinger, 1996; Silva; Oliveira, 2010).

Neste sentido, criaram-se escolas rurais, clubes agrícolas e serviços de fomento agrícola federal e estaduais. Somente na década de 1940, com auxílio de agências internacionais, como a *American International Association (AIA)* e da *United States Agency for International Development (USAID)*, vários serviços foram criados no Brasil, para desenvolver programas de Extensão Rural, tanto por organizações governamentais, como por organizações não-governamentais (Kelsey; Hearne, 1966).

Em 2003, foi elaborada uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil (PNATER). A versão final foi apresentada em maio de 2004, por intermédio do grupo de trabalho convocado pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Isto “coincide especialmente com a chegada de Lula da Silva ao governo do Brasil em 2003, havendo sido aprovadas políticas de enfrentamento à fome e à pobreza”, em particular o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), “bem como de políticas expressamente dirigidas a recriar um sistema público de extensão rural em todo o país (PNATER)” (CALDAS; ANJOS, 2021, p.14).

Sob esta nova perspectiva política, o serviço de ATER deixou de ser responsabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e passou ao MDA, ampliando a oferta de políticas públicas de ATER. Estes dois ministérios possuíam interesses adversos entre a agricultura patronal e a familiar, uma vez que o MAPA passou a atender os interesses do agronegócio e o MDA a priorizar a reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura familiar. A prática da assistência técnica assim como da extensão rural passou a se constituir por um conjunto de atividades de comunicação e de ensino e aprendizagem, promovidas por organizações

públicas e privadas, executadas por profissionais, geralmente técnicos de nível superior ou médio. Na sua maioria, os extensionistas possuem formação acadêmica em Ciências Agrárias (Engenharia Agrônoma, Veterinária, Engenharia Florestal e Zootecnia), ou outras áreas profissionais, como Administração, Pedagogia, Nutrição, Psicologia, Sociologia e Assistência Social (PEIXOTO, 2008; ROMANIELLO; ASSIS, 2015).

Na narrativa de sua própria história de vida, acreditamos que Carlos Brandão tem muito a ensinar aos Engenheiros, Administradores, Veterinários, Pedagogos, Psicólogos, Nutricionistas, futuros agentes de ATER, no que se refere a despir-se de seu academicismo, de seus títulos para reconhecer o valor dos saberes tradicionais:

peço a quem me leia que acompanhe por alguns momentos algumas memórias, imaginários e ideias de um branco ocidental letrado, um professor, educador popular e antropólogo – mas péssimo em sabedorias e fazeres indígenas e incapaz de conduzir um boi pela estrada ou semear uma “tarefa” de milho – embora tenha sido, entre a infância e a juventude, um escoteiro, um guia excursionista e um guia escalador de montanhas. Na véspera de completar 50 anos de ser um professor (1967/2017) reúno fragmentos de minha própria [história], [...], com a experiência do que na aurora dos anos sessenta chamamos de “movimentos de cultura popular”. Um envolvimento desde a universidade, mas vivido “de fora para fora”, e que cedo me deixou frente a um duplo caminho: o da antropologia e o da educação popular. Anos antes de me tornar um professor e um pesquisador acadêmico, [...] eu me tornei um estudioso-e-militante da Cultura Popular. [...] Ingressei em março de 1961 em um curso de filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nesse mesmo mês associei-me a uma equipe de base da Juventude Universitária Católica (JUC). Em 1962 passei da filosofia para o curso de psicologia [...].[...] em 1963 ingressei no setor de “animação popular” do Movimento de Educação de Base. [...]. Dentre todos, o MEB foi durante a “década que não acabou” (os “anos sessenta”) o movimento de cultura popular mais aberto à antropologia. [...] Antes mesmo das universidades, o MEB fez traduzir, mimeografar e enviar a todas as “equipes de base” espalhadas de Minas Gerais para o norte e para o oeste, O conceito de cultura, de Leslie White e Beth Dillingham (2009) [...]. “Cultura” era, entre nós, leitores de Leslie White, de Paulo Freire e de Gramsci, um conceito essencial. E não apenas para “compreender o ser humano”, mas para ajudá-lo a transformar-se, e ao seu mundo de vida (BRANDÃO, 2017, p. 386-387).

Deste trecho, depreende-se que, além de dominar o conhecimento técnico - que deve ser colocado a serviço das demandas dos assistidos e não da demanda dos mercados e indústrias -, o agente de ATER deve ser capaz de compreender a cultura na qual está inserido e os seres humanos que a compõem.

Os agentes de ATER, de um modo ou de outro, ao participarem das dinâmicas das comunidades com as quais estão envolvidos, em alguma medida tomarão conhecimento de situações que os aproximam da pesquisa participante tão discutida nos trabalhos de Brandão. No que se refere a este tipo de pesquisa/situação em campo, destacamos:

O determinante em uma situação participante é a participação da situação em um projeto popular. Isto porque, quando se fala de pesquisa participante está se falando de classes populares. Assim, a discussão não é quais são as alternativas e possibilidades da participação de pessoas do povo nas diferentes fases do pensar, programar articular, realizar codificar, escrever e usar a pesquisa, mas de que maneira, de qual lado do poder, em uma sociedade desigual, a serviço de quem, uma pesquisa participa do quê. (...) a pesquisa tem um lugar político (...). Porque ela serve para desvelar uma realidade, ou para ocultar esta realidade, é que as pessoas das classes populares podem ou não participar de pesquisas participantes (BRANDÃO; CAMPOS; DEMO, 1984, p. 15-16).

Em 11 de janeiro de 2010, sob o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi sancionada a Lei nº 12.188 que instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), alterando a [lei nº 8.666](#), de 21 de junho de 1993, e dando outras providências (PEIXOTO, 2008).

O PRONATER visou organizar e executar os serviços de ATER para o público beneficiário de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Programa (IDAM, 2022). No Capítulo I da Lei nº 12.188/2010 estabeleceu-se o conceito literal (*stricto sensu*) do conceito de ATER:

Art. 2º Para os fins desta Lei, entende-se por:

I - Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER: serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais (BRASIL, 2010, n.p.).

O PNATER objetivou atuar decisivamente nas iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, buscando utilizar de forma adequada os recursos naturais e preservar o meio ambiente, envolvendo: “atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo e outras afins, tendo como foco o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e fundamentados em princípios agroecológicos” garantindo “a gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural” (IDAM, 2022, *online*).

Em síntese, segundo a Lei nº 12.188/2010 (Brasil, 2010), a extensão rural deve buscar a melhoria das condições de vida das populações (beneficiários da PNATER), priorizando a preservação do ambiente natural e a conservação da biodiversidade, assim como o respeito aos valores culturais das populações em questão, por meio de

um processo de comunicação dialógica e horizontal. A relação dialógica, segundo Freire (1992, p. 118), não anula a possibilidade do ato de ensinar. Mas, “ela funda este ato, ... o de aprender, e ambos só se tornam verdadeiramente possíveis quando o pensamento crítico, inquieto do educador ou da educadora não freia a capacidade de criticamente também pensar ou começar a pensar do educando”.

Segundo o professor de economia e filosofia da Universidade de Harvard, *Amartya Sen* (Nobel de Economia em 1998), “desenvolvimento é sinônimo de liberdade, mas não liberdade no sentido vago e impreciso”, mas de um “processo de expansão de liberdades dos indivíduos”, onde a pobreza não seja mais “sinônimo de baixa renda, mas de privação no exercício da liberdade” (CALDAS; ANJOS, 2021, p.42-43).

Sob tal perspectiva, “desenvolvimento sustentável” deve visar a melhoria das condições sociais, oferecendo liberdade de escolha e “o direito de comercializarem o fruto de seu trabalho, sem as amarras burocráticas ou a opressão de atravessadores e dos que vivem da mera especulação financeira” (CALDAS; ANJOS, 2021, p.44-45). E um dos papéis da extensão rural é estimular os “mercados de proximidade” onde se estabeleçam circuitos curtos de comercialização e as pessoas possam interagir face a face, “pautadas na transparência e/ou na simetria de informações trocadas entre produtores e consumidores” (p.45).

Em termos educacionais, os extensionistas não trabalham para o agricultor, mas sim com o agricultor e sua família em seu próprio ambiente físico, social e cultural. Por sua vez, o agricultor e sua família cooperam com os extensionistas para um processo de construção de saberes, partilhando conhecimentos e habilidades, num processo dialógico, recíproco e solidário. As entidades que desenvolvem programas de extensão rural devem mobilizar os atores rurais para que eles sejam sujeitos da ação educativa e não meros expectadores ou objetos.

Diante de questionamentos para questões técnicas específicas, o extensionista deverá, na medida do possível, e de forma mais dialógica que for capaz, fornecer a informação pedida. Deverá atuar como catalisador do processo de construção de conhecimento e troca de saberes. Ele não é um palestrante, conferencista ou professor. É um educador, isto é, alguém que facilita descobertas acerca da realidade socioeconômica e produtiva vivida cotidianamente.

O compromisso social dos agentes de ATER exige clara consciência de que o seu trabalho não envolve “ensinar algo a quem não sabe”. Apesar das imensas desigualdades sociais, geográficas e econômicas, uma atitude “professoral” não contribuirá para o desenvolvimento de atores maduros e autônomos. A extensão rural exige

“protagonismo, inclusive porque muitas outras políticas públicas dela dependem para funcionarem adequadamente no enfrentamento dos grandes problemas nacionais” (CALDAS; ANJOS, 2021, p.23).

No texto **A educação popular na área da saúde**, Brandão (2001) ressalta os aspectos revolucionários de uma mudança de abordagem educacional para a vida das comunidades assistidas:

Agora são os próprios movimentos sociais populares, no campo e na cidade, que convocam os educadores populares (médicos, enfermeiros, assistentes sociais, artistas, cientistas sociais e outros, entre eles) a um trabalho fundado ainda nos velhos princípios da Educação Popular (...). Este é o momento em que se pode, bem mais do que nos anos sessenta, falar de uma “experiência de Educação Popular na área da saúde”. E ela se realiza quando o trabalho profissional de Saúde Pública funde-se em um trabalho cultural de Educação Popular por meio da Saúde. Quando a ação médica e a de outros profissionais da “área da Saúde” não se limita a uma assistência a clientes do povo. Quando ela se estende a uma ação cultural ampliada de diálogo e de crescimento de parte a parte, em busca de saídas e de soluções sociais a partir do que se vive e do que se troca, do que se aprende e do que se motiva, quando se dialoga crítica e criativamente sobre a vida e o mundo por intermédio do corpo e da saúde (BRANDÃO, 2001, p. 131).

Lembramos, se, por um lado, as comunidades que devem receber assistência técnica pelos princípios da Lei de ATER de 2010 vinculam-se àquelas marginalizadas e silenciadas, em contrapartida, quantas serão as situações vivenciadas pelo agente de ATER nas quais caberá a ele silenciar ou divulgar as violências cometidas, por exemplo, pelos braços das indústrias ligadas ao pacote tecnológico da Revolução Verde?

Neste sentido, identificamos um paralelo entre a função de extensionista e o trabalho de campo de um antropólogo. Para promover mudanças nas propriedades, aprimoramento técnico, inserção política dos produtores, reconhecimento e valorização social e cultural, o trabalho de Brandão ensina ao extensionista, futuro agente de ATER, em primeiro lugar, a importância do olhar atento. Trata-se de observar a dinâmica das relações entre as pessoas, de compreender que existe uma distância entre o dito e o não dito, as hierarquias e necessidades implícitas daquele determinado grupo de pessoas:

no contexto do trabalho, eu procuro ver as pessoas trabalhando. Existem determinadas relações estruturais que são importantes. [...] Procuo observar qual é a relação que se estabelece entre as pessoas. [...] Observar direto e anotar. [...] As pessoas agem, hierarquizam relações, a ação de uma pessoa determina a ação de outra, o resultado é uma espécie de drama da vida cotidiana. Isso se vê na escola todos os dias de uma maneira mais visível do que numa pequena

equipe de trabalho camponês; se vê muito mais ainda num trabalho ritual, no trabalho de uma equipe de foliões de Santos Reis [...]. Ou, então, dentro de uma festa de amplitude maior, onde tudo que se faz são comportamentos sociais e simbólicos entre categorias de pessoas [...]. Isso tudo não sai apenas da entrevista, uma coisa é o que as pessoas dizem a respeito disso, outra coisa é aquilo que o antropólogo vê, aquilo que o pesquisador vê acontecendo [...]. Então é descrever mesmo, descrever a banalidade do cotidiano.[...] A partir de um certo amadurecimento do que estou vendo e descrevendo, começo a entender determinadas organizações e relações. [...] Então, num primeiro momento, vocês estão observando, estão ali anotando [...]. Num segundo momento, aí sim, é possível que interesse a vocês a interpretação que as pessoas têm, se vocês quiserem, o juízo que as pessoas têm a respeito não só da sua prática, mas a respeito das fronteiras entre essas práticas e outras práticas (Brandão, 2007a, p. 14-15).

4 A DISCIPLINA DE EXTENSÃO RURAL NOS CURSOS DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA ESALQ/USP: como inserir estratégias inspiradas em Brandão

Nos cursos de Ciências Agrárias da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP) a disciplina de Extensão Rural é ministrada em conjunto com a disciplina de Sociologia. No curso de Engenharia Florestal, a disciplina Sociologia e Extensão (LES 0129/ carga horária de 60 horas) é obrigatória, presente no 5º Período Ideal (primeiro semestre do 3º ano). No curso de Engenharia Agrônômica, a disciplina Sociologia e Extensão (LES 0129/carga horária de 60 horas), é obrigatória, presente no 6º Período Ideal (segundo semestre do 3º ano), tendo como requisito a disciplina obrigatória Fundamentos de economia, política e desenvolvimento (LES0213), presente no 2º Período Ideal (segundo semestre do 1º ano). Segundo a ementa da Sociologia e Extensão (LES0129), o objetivo desta disciplina visa:

Fornecer aos alunos elementos para a compreensão da evolução da agricultura brasileira, em suas dimensões histórica, econômica, social e política; e da estrutura fundiária brasileira. Pretende-se também oferecer aos alunos elementos para a reflexão sobre o lugar da agricultura nas sociedades contemporâneas a partir dos processos de modernização, industrialização e urbanização e a questão da sustentabilidade. Entender o estágio atual da ciência, tecnologia e inovação da agricultura no Brasil e discutir a perspectiva de iniciativas agrícolas alternativas, políticas públicas e os possíveis caminhos de seu futuro. Apresentar os fundamentos da extensão rural e do processo de difusão de inovações (JÚPITERWEB, 2022).

Segundo Caldas e Anjos (2021, p. 22), o estudante que for “aprovado na disciplina de extensão rural e concluir o curso de graduação”, está habilitado como profissional das ciências agrárias, “a atuar como extensionista rural em empresas de caráter público ou privado em todo o território nacional”. Trata-se de um campo de

exercício profissional. Há também profissionais de outras áreas, contratados nos órgãos públicos, exercendo funções análogas e que passarão por sessões de treinamento para formação geral ou específica.

Um dos compromissos da universidade deveria ser “justamente fazer com que os jovens estudantes exercitem e expandam suas capacidades dentro e fora da sala de aula” (CALDAS; ANJOS, 2021, p.22). A universidade não pode vir a ser uma instituição que adestre ou domestique estudantes considerados “incapazes de pensar sobre o mundo que lhes toca viver”, mas a universidade do século XXI precisa ser vista e revista para que os “nossos jovens possam desenvolver todas as suas potencialidades, de modo a construir um país mais justo e onde todos tenham as mesmas oportunidades. Isso, também, é desenvolvimento (p.25).

Acreditamos que o arcabouço analítico da antropologia, sobretudo da pesquisa participante, nos moldes estudados por Brandão, pode oferecer um amplo suporte para o trabalho dos futuros agentes de ATER. Neste sentido, caberia, em grande medida, refletir sobre como as obras de Brandão poderiam ser inseridas junto à grade curricular dessas disciplinas oferecidas pelo programa. Num primeiro momento, como aproximar estes estudantes de uma comunidade de agricultores familiares? Num segundo momento, como explorar as ferramentas analíticas da antropologia e da pesquisa participante? De fato, na ESALQ, destacamos na próxima seção deste artigo, o caso de sucesso de extensão universitária realizado pelo Grupo de Extensão de São Pedro (GESP) entre os anos de 1989 e 2023.

Com efeito, acreditamos na relevância de que os trabalhos desenvolvidos por Brandão deveriam ser estudados nas disciplinas dos cursos, destacando a atuação profissional, pastoral e educacional do professor Carlos Rodrigues Brandão e a luta pela terra e pelos povos oprimidos, especialmente, os camponeses. Bem como sua atuação junto ao Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado às Companhias Eclesiais de Base (CEB's), ao INCRA, à Comissão Pastoral da Terra (CPT). Trata-se, portanto, de abrir espaços nas disciplinas para refletir acerca de suas pesquisas que consideraram a questão agrária e as causas dos camponeses, o mundo de vida e trabalho do homem e da mulher do campo (Brandão, 2009). Estas temáticas, no entanto, como mencionado anteriormente neste artigo, dão voz aos que estão silenciados. A pesquisa e o ensino, como explica Brandão, Campos e Demo (1984) são políticos, podendo, ao dar voz, fortalecer politicamente um grupo ou outro. Trata-se de fornecer, dentro do âmbito da Universidade, ferramentas - teóricas e analíticas da antropologia - para que os futuros agentes de ATER estejam aptos a escutar as

necessidades das comunidades assistidas e atender tecnicamente suas demandas com o objetivo de desenvolvê-las visando sua dignidade e o equilíbrio ambiental.

A ementa proposta pela disciplina Sociologia e Extensão (LES 0129) apresenta temas que perpassam tanto a área de Sociologia e quanto a da Extensão Rural. O curso é ministrado separadamente, conforme a própria denominação da disciplina sugere. Há quatro docentes que se alternam para abordarem os temas da Sociologia e um profissional da área de Extensão Rural, o terceiro autor deste artigo, que colabora em sala de aula com os temas que devem ser trabalhados para a área de extensão.

Alinham-se aos objetivos desta disciplina as tendências da educação superior, presentes no documento produzido pela Conferência Mundial sobre Educação Superior, em Paris, em 1998, a *Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação* (UNESCO, 1998). Em síntese, os profissionais, em face dos desafios do século XXI, deveriam ser capacitados a:

ser flexível; ser capaz e disposto a contribuir para a inovação e ser criativo; ser capaz de lidar com as incertezas; estar interessado e ser capaz de aprender ao longo de toda sua vida; ter adquirido sensibilidade social e aptidões para a comunicação; ser capaz de trabalhar em equipe; desejar assumir responsabilidades; tornar-se empreendedor (SILVA FILHO, 2020, p. 55).

O ensino de Extensão Rural na disciplina LES0129 da ESALQ objetiva, à princípio, que os estudantes compreendam, que qualquer informação sobre uma nova técnica não será utilizada, a menos que o agricultor a reconheça como: a) importante para a sua condição; b) um meio para conseguir seus objetivos pessoais; c) esteja ao alcance de suas possibilidades econômicas ou de trabalho. Porque aos olhos de muitos agricultores, o extensionista continua sendo um “estranho”, que pode despertar pouca ou nenhuma confiança.

O extensionista não sofre pessoalmente as consequências de suas sugestões, não explora uma propriedade, não é responsável por suas ações diretamente para com o agricultor, e sim, somente com a sua Organização. Ou seja, a questão proposta é que o extensionista esteja preparado, academicamente, para realizar uma “leitura crítica a ser sempre feita da realidade, que ações e em que níveis podem taticamente ser postas em prática. Em outras palavras, o que pode ser feito agora para que se faça amanhã o que hoje não pode ser feito” (FREIRE, 1992, p. 125-126).

O extensionista tem conhecimentos científicos e dá suas sugestões baseado em dados experimentais e cálculos econômicos. O agricultor familiar, ao contrário, não tem noções científicas e conhece muito pouco de economia, mas tem a responsabilidade de sua propriedade, de sua família, de sua comunidade e de si

mesmo. Ele forma seu juízo sobre uma nova ideia, somente com base em sua própria experiência e em suas condições reais. As opiniões e experiências de seus vizinhos e das pessoas a quem ele respeita, dentro de seu meio e de sua comunidade são muito importantes para ele.

O extensionista, muitas vezes, tira as suas informações de textos e documentos que se referem a pesquisas realizadas em situações geográficas, climáticas, econômicas e sociais que não coincidem com as que se encontra no agricultor. Mas, o agricultor “em mudança” quer saber como a informação pode ter relação com ele, em todos os aspectos, ou seja, como responde aos seus interesses, às suas conveniências de trabalho, segurança, independência, e como responde às opiniões dos integrantes de sua família, e se está de acordo com os seus recursos. Se a maioria dos técnicos adotar sistemas que ignorem esses fatores, provavelmente, irão trabalhar sobretudo com os agricultores mais interessados em colaborar, ou seja, com aqueles que têm uma forma de ver o trabalho semelhante à do extensionista. Estabelecendo-se assim uma relação de transferência de conhecimento, considerando-se o outro como “puro recipiente” (Freire, 1992, p. 119).

Um princípio básico em ATER, relevante para os estudantes universitários da ESALQ e demais universidades, é que toda intervenção no meio rural deve ser planejada. Como em todo planejamento, há quatro fases importantes: diagnóstico, programação, execução e avaliação. Todas essas etapas podem ser conduzidas com maior ou menor participação da população rural envolvida.

Embora nos discursos dos agentes de ATER possa predominar um caráter democrático e participativo de suas propostas de trabalho, na prática, entretanto, o que se tem observado com enorme frequência é um procedimento ainda muito preso aos esquemas mais conservadores, paternalistas e tecnocráticos. De fato, entre o discurso e a prática participativa autêntica há uma grande distância a ser percorrida, inclusive por aqueles que acreditam sinceramente nela. Tais tendências, diretivas ou participativas, revelam-se principalmente na fase de sua concepção (planejamento).

Por exemplo, quando um Escritório Local (E.L.) de ATER consulta os agricultores sobre seus interesses e necessidades, mediante algum levantamento, para levá-los em conta na elaboração de seus planos, programas e projetos, pode-se dizer que há aí um esforço no sentido de fugir à sua forma mais tradicional de planejar, ou seja, burocrática e autocraticamente, de cima para baixo. Embora isto já seja um passo importante no sentido de mudança de comportamento, não se pode dizer que esse escritório já faça um planejamento plenamente participativo. Este deve ser entendido

como um processo, que é muito mais educacional do que técnico, e, que tem a ver com as decisões tomadas pela população rural em seu próprio benefício.

Portanto, nos cursos de Ciências Agrárias da ESALQ, a disciplina para o ensino de Extensão Rural procura atender-se, principalmente, ao uso das metodologias participativas. Pois, é premente que o futuro agente de ATER perceba a importância da constituição de todas as etapas de um planejamento para as ações em campo: desde o diagnóstico até as consequências finais. Pois, há uma “tendência dos futuros profissionais” de “reproduzir” o que vivenciaram “no decorrer da sua formação e desconsiderar os aspectos sociais” (FACCO; DISKA; SILVA, 2021, p. 824).

Um planejamento realmente participativo é viável, na medida em que a população, os próprios beneficiários do planejamento, participem efetivamente na produção dos conhecimentos necessários para a transformação da sua realidade. Essa produção tem como ponto de partida a realização do diagnóstico da situação, pois só um conhecimento adequado da realidade, das limitações e das possibilidades motiva suficientemente os agricultores, levando-os a agirem de forma coletiva e organizada, para a melhora de suas condições objetivas de trabalho e de vida.

É preciso cuidado com planejamentos realizados por lideranças tradicionais e formais, ou as denominadas forças vivas da comunidade. Porque elas podem representar muito mais as forças de permanência, do que as de mudança e de desenvolvimento. Por não constituírem, de fato, autênticas lideranças, tendem a incorporar nos planos, programas e projetos muito mais os seus próprios interesses e sua visão tecnocrática, do que as verdadeiras aspirações e reais necessidades dos agricultores, e de suas famílias.

Ao planejar e executar atividades pedagógicas de ATER é importante lembrar que não existe um método ou uma receita pronta. Existem, sim, princípios e critérios a serem respeitados e, ao mesmo tempo, a criatividade dos agentes, numa permanente invenção e reformulação metodológica. No entanto, é preciso conscientizar os estudantes universitários que “ninguém ensina o que não sabe. Mas, também ninguém, numa perspectiva democrática, deveria ensinar o que sabe sem, de um lado, saber o que já sabem e em que nível sabem aqueles e aquelas a quem vai ensinar o que sabe” (FREIRE, 1992, p.131).

5 O GRUPO DE EXTENSÃO DE SÃO PEDRO/SP (GESP) DA ESALQ/USP: Apoio ao cooperativismo sob a pedagogia freireana

Há 33 anos o trabalho de extensão universitária realizado pelo GESP ESALQ/USP com os agricultores familiares do Alto da Serra de São Pedro, SP, tem gerado externalidades positivas, tanto sociais, quanto econômicas e ambientais (Trivellato; Leme; Lucas, 2022). A extensão rural oferecida pelo GESP às famílias agrícolas ao longo das últimas três décadas foi decisiva para a organização da agricultura familiar, no Município de São Pedro, resultando na formação de uma associação que fomentou a consolidação de uma cooperativa e de um laticínio, administrados pelos próprios agricultores familiares de São Pedro, SP (Moruzzi Marques; De Lucas; Trivellato, 2017).

A cidade de São Pedro é um município rural e turístico, situado a oeste do estado de São Paulo. O contexto histórico fundacional do Alto da Serra de São Pedro revela “a imigração italiana ligada ao ciclo do café”, destacando-se hoje pela “forte presença de agricultores familiares”, coexistindo com “áreas de cana-de-açúcar (25% do município e plantações de eucalipto (5%)” (RETIÈRE, 2014, p. 60).

O projeto *Assessoria Técnica e Organizacional a Produtores Familiares e sua Organização no Município de São Pedro - SP* surgiu da necessidade da LBA (Legião Brasileira de Assistência) de prestar assessoramento técnico aos produtores agrícolas daquele Município, pois que haviam recebido recursos daquela entidade. As técnicas locais da LBA procuraram a ESALQ (Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, campus de Piracicaba), através do setor de Extensão Rural do, então, Departamento de Economia e Sociologia, com uma proposição original de acompanhamento e gerenciamento dos financiamentos àqueles produtores. A partir de 1989, foram iniciados os trabalhos, através de um convênio viabilizador com a Fundação de Estudos Agrários Luiz de Queiroz (FEALQ). O contrato feito entre a LBA e aqueles produtores previa a devolução do empréstimo, sem juros e sem correção monetária, com carência de seis meses e em dez parcelas. O dinheiro devolvido seria encaminhado a uma instituição filantrópica. Por sugestão dos Técnicos da Universidade, foi proposto à LBA que o dinheiro a ser devolvido fosse reinvestido na própria comunidade dos agricultores do alto da serra de São Pedro, aplicando-o em algo mais duradouro e promocional. A ideia foi aceita pela LBA e, após uma reunião com a comunidade, os agricultores resolveram criar uma associação com a finalidade de, entre outras coisas, administrar o ressarcimento dos empréstimos.

Portanto, a Associação dos Produtores do Município de São Pedro (APAMSP) foi fundada no segundo semestre de 1989, sob a coordenação do técnico de nível superior do Departamento de Economia, Administração e Sociologia (LES) da ESALQ/USP, o Dr. Ademir de Lucas. Constituída por um grupo de trinta e oito agricultores familiares, a APAMSP propiciava a compra conjunta de insumos (adubos, sementes, rações, medicamentos etc.) a um preço menor, com prazo mais adequado para pagamento, além da orientação técnica e gerencial, através da ESALQ/USP (Moruzzi Marques; De Lucas; Trivellato, 2017).

Em 1989, os trabalhos junto aos agricultores familiares do alto da serra de São Pedro começaram a ser desenvolvidos por um aluno de graduação em Engenharia Agrônômica, dois professores universitários, um Técnico de Nível Superior, especializado em Extensão Rural, e por uma Assistente Social. Depois com a criação do GESP da ESALQ/USP, gerido pelo Dr. Ademir de Lucas, priorizaram-se ações em grupo, auxiliando a organização do produtor em seu estabelecimento. Os produtores associados têm na produção de leite sua atividade principal, embora eles façam, também, criação de frangos de corte, horticultura e sericicultura, entre outras linhas de exploração agropecuária.

Com a extinção da LBA, esse convênio deixou de existir. Então foi estabelecida uma parceria entre a ESALQ/USP, através do então Departamento de Economia e Sociologia, a FEALQ e a COLARC (Cooperativa de Laticínios de Rio Claro). Graças a este apoio, os trabalhos extensão rural continuaram através do GESP/ESALQ/USP, junto à população e à sua entidade recém-criada, a APAMSP, realizando semanalmente visitas a outras associações e produtores, dias de campo, áreas experimentais e planejamento de ações.

Em 1997, a APAMSP graças ao esforço coletivo dos associados e ao auxílio do GESP, conseguiu construir um laticínio, “Leite do Campo”, e evoluiu em 2001 para uma cooperativa, a Cooperativa de Produtores Agropecuários de São Pedro/SP (COOPAMSP) (RETIÈRE, 2014).

A COOPAMSP configura-se, organizacionalmente, como um sistema auto gestor na qual todos os cooperados devem em conjunto decidir as questões políticas, estratégicas e produtivas. Tais decisões ocorrem por meio da Assembleia Geral que ao reunir todos os cooperados constitui o principal fórum de decisão da cooperativa. Neste âmbito, a igualdade do poder de voto de cada sócio na definição dos interesses da empresa representa o princípio da gestão democrática do empreendimento cooperativista.

A COOPAMSP possui um sistema participativo que prioriza um sistema organizacional não burocrático, representativo dos produtores do Alto da Serra de São Pedro, sob o fundamento da pedagogia social de Paulo Freire: “...nem autoritarismos, nem licenciosidade, mas substantividade democrática, é o de que precisamos” (Freire, 1992, p.114). Sob esta pedagogia busca-se uma comunicação dialógica reflexiva onde o diálogo seja um processo de respeito e compromisso com os conhecimentos e valores inerentes ao tecido sociocultural da comunidade em questão. Respeito este que se compromete com a transformação constante da realidade dos agricultores familiares da respectiva região. Brandão escreve sobre o método Paulo Freire frisando que os caminhos criados pelo processo educacional devem conduzir a liberdade das comunidades assistidas:

A questão é que Paulo Freire não propôs um método entre outros. Um método psicopedagogicamente diferente e, quem sabe?, melhor. Antes de fazer isso ele investiu aos brados com uma educação, contra outras. Por isso, depois de falar contra que educação a sua se apresenta e como é a educação em que ele crê, é preciso dizer contra que tipo de Mundo ele acredita em um outro, e porque crê que a educação que reinventa pode ser um instrumento a mais no trabalho de os homens o criarem, transformando este que aí está. Mas, que homens? De que mundo? Terminei estes escritos sobre o Método Paulo Freire por onde começam quase todos os estudos sobre as suas ideias. Pelas ideias. Pelo arcabouço com que ele pensa e repensa o homem, a história, o trabalho, a cultura, a educação e mais o fio que amarra e puxa tudo isso: a liberdade. Terminei a nossa conversa pelo modo como, para que tudo aquilo acima se transforme, ele imaginou criar uma ferramenta que ajudasse o homem a começar pelo começo; por um jeito mais humano de ensinar-aprender a ler-e-escrever (BRANDÃO, 2006, p. 6-7).

Em setembro de 2017, 127 famílias integravam esta cooperativa, das quais 32 forneciam leite, com uma produção média de 4.000 litros por dia. O laticínio passou a produzir leite pasteurizado integral e iogurte de três sabores (morango, coco e abacaxi). Atualmente a marca ‘Leite do campo’ é consumida na região. Há ainda um barracão para a “compra de insumos destinados à produção de milho, aves, gado de corte, suínos e hortaliças” (Moruzzi Marques; De Lucas; Trivellato, 2017, p. 14).

A diretoria executiva, integrada por cinco cooperados, administram o dia a dia da cooperativa. Gerenciam, semanalmente, receitas e despesas coniventes às rotinas do barracão para estocagem de insumos e do laticínio. Todo final de mês é apresentado aos cooperados um resumo mensal dos números. Há também um Conselho Fiscal que fiscaliza, semestralmente, em nome dos demais associados, a administração do patrimônio e das operações da cooperativa.

Diante deste exemplo do GESP/ESALQ, é premente que os estudantes de Ciências Agrárias da ESALQ e demais universidades compreendam, segundo Facco,

Diska e Silva (2021, p. 825) a área de conhecimentos da Extensão Rural no ensino superior deve se tornar um espaço apropriado para “a reflexão sobre os aspectos relacionados aos sistemas agrários, à formação dos estudantes e aos desafios de atuação profissional”. Este processo interdisciplinar deverá oferecer aos futuros agentes de ATER que apreendam não somente as “bases para pensar e preconizar intervenções e interações que podem resultar em mudanças na qualidade de vida das populações rurais, mas também das concepções relacionadas ao estilo de desenvolver agricultura”. Assim, “a prática social como substrato para o ensino e para a aprendizagem” deve ser considerada “não só o pilar fundamental do elemento curricular de Extensão Rural, mas a essência de toda a educação profissional” (p.827).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de Extensão Rural, inserida na grade curricular das Ciências Agrárias da ESALQ, com uma disciplina (LES0129) e com a carga horária prevista atualmente, encontra-se limitada para oferecer a formação necessária aos graduandos, sob os princípios da lei de ATER, nº 12.188/2010. Restrita tanto em termos de carga horária quanto em posicionamento na grade curricular. Ela é obrigatória para o estudante na engenharia florestal somente no primeiro semestre do terceiro ano letivo, e no segundo semestre para a engenharia agrônômica.

A questão que aqui se estabelece é por que o ensino de Extensão Rural por meio da disciplina Sociologia e Extensão (LES 0129) da ESALQ é considerada obrigatória somente na metade do percurso de formação do estudante. Como construir uma formação acadêmica para que os futuros agentes de ATER lidem não apenas com problemas pontuais da área de assistência técnica e suas questões agrícolas (técnicas), mas prioritariamente, na extensão rural, aprendam a lidar com as questões agrárias e suas diversas dimensões sociais, políticas e ambientais? Como desenvolver, nas Ciências Agrárias da ESALQ, uma formação acadêmica que alie tanto a capacitação técnica (*hardkills*) quanto a comportamental (*softskills*) apta a considerar os valores culturais das populações beneficiárias da PNATER, sob um método de comunicação dialógica e horizontal?

Acreditamos que a melhor maneira de o fazer seja inserindo nas grades curriculares dos cursos em questão as técnicas metodológicas da antropologia, em especial a pesquisa participante como foi explorada por Brandão. Trata-se, portanto, de reconhecer a proximidade entre o trabalho do agente de ATER e aquele desenvolvido por um antropólogo. No caso de Brandão, que se reconhecia não só como pesquisador acadêmico, mas como agente de transformação, a utilização do método Paulo Freire se fazia fundamental – o caso de sucesso do Grupo de Extensão

de São Pedro, cuja metodologia se baseava na pedagogia de Paulo Freire também revela a importância de que os futuros agentes de ATER conheçam este método.

Além da pesquisa participante, da capacidade de observar a comunidade na qual atua, cabe ao extensionista buscar a promoção de mudanças na vida das comunidades. Uma vez que o trabalho desenvolvido por Brandão relaciona essas duas interfaces - percepção e ação junto às pessoas da comunidade, etapas ancoradas nas técnicas de pesquisa participante e método Paulo Freire, respectivamente –, consideramos vital que os estudantes futuros agentes de ATER tenham conhecimento de seu trabalho e os seus métodos de pesquisa.

Considera-se premente que os elementos curriculares inerentes à área de Extensão Rural na ESALQ sejam construídos por meio de outras disciplinas obrigatórias, além de uma disciplina (*stricto sensu*), a partir do primeiro ano letivo na ESALQ. Apresentar aos ingressantes uma área de conhecimento científico, conivente ao exercício profissional dos futuros agentes de ATER, poderá estimular a inserção destes estudantes junto aos grupos de extensão/comunicação, sob uma concepção freiriana (FREIRE, 1992; 2021).

Também, inserir na grade curricular das Ciências Agrárias da ESALQ, a partir do primeiro ano letivo, outras disciplinas obrigatórias que fomentem interações com as comunidades beneficiárias da PNATER, maximizará o compromisso dos estudantes de zelarem pelo fortalecimento da agricultura familiar e minimizará a distância entre o ambiente formativo da ESALQ e a realidade social.

A disciplina Sociologia e Extensão (LES 0129), deverá por meio de seus docentes e respectivos conteúdos programáticos continuar a construir conhecimento sobre o conceito de uma extensão freiriana (Freire, 2021), de abordagem não-formal, cooperativa, participativa e dialógica, sob os princípios da lei de ATER. Abordagem esta que continue a oferecer vivências de práticas sociais aos estudantes em propriedades rurais, desenvolvendo habilidades (*Softskills e hardskills*) para o uso do planejamento, execução e avaliação dos mais variados eventos, estratégias, táticas e meios de comunicação. Pois, ao aprenderem a lidar, eficaz e eficientemente, com os agricultores em seus estabelecimentos rurais, seus grupos e organizações, suas comunidades e territórios, os estudantes poderão presenciar não somente o aumento crescente de renda das unidades produtivas, como o crescimento do bem-estar social, ambiental e qualidade de vida às famílias em questão.

Em síntese, o conceito de “troca de saberes” (FREIRE, 2021) para os futuros agentes de ATER, exige tanto dos docentes do ensino superior (da ESALQ e demais universidades) quanto dos estudantes a “compreensão crítica de como se dão os conflitos sociais”, compreendendo-se que há um “processo no qual a fraqueza dos oprimidos se vai tornando força capaz de transformar a força dos opressores em fraqueza. Esta é uma esperança que nos move” (FREIRE, 1992, p. 126).

Acreditamos que para que os futuros agentes de ATER possuam habilidades para lidar com os grupos assistidos por eles não basta técnica. É preciso sensibilidade para entender as necessidades das pessoas. É preciso uma vontade real de querer o desenvolvimento desses indivíduos respeitando seus desejos e sonhos. Deve haver uma preocupação com o bem-estar dessas pessoas e com o cuidado com o meio ambiente onde se atua profissionalmente. No caso da ESALQ, o GESP representou um espaço para que os estudantes vivenciassem essas experiências, convivendo com os agricultores, conhecendo seus desafios diários. Acreditamos, por fim, que os pensamentos de Brandão podem ser de grande utilidade para o trabalho que, de fato, sob as premissas da Lei de ATER, deveria ser desenvolvido pelos agentes. Desenvolvemos este artigo na esperança de que as palavras de Brandão consigam atingir as mentes e os corações daqueles envolvidos com a Extensão Rural no Brasil, em especial os estudantes dos cursos, os quais, uma vez formados, levarão para a vida dos grupos assistidos todos os valores que aprenderam ao longo de sua formação.

REFERÊNCIAS

- AZANHA, José Mario Pires. **Uma ideia de pesquisa educacional**. 2. ed. Edusp. 208p. 2010.
- BORDA, Orlando Fals. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 42-62, 1999.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante**: um falar sobre ausências e silêncios. Campinas: Rosa dos Ventos, 2008. 17p.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. Taubaté: GEIC, Cabral, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação como cultura. Memórias dos anos sessenta. **Horizontes antropológicos**, v. 23, n. 49, p. 377-407, 2017.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A educação popular na área da saúde. **Interface- Comunicação, Saúde, Educação**, v. 5, p. 127-131, 2001.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **No rancho fundo**: espaços e tempos no mundo rural. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O afeto da terra**: imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sitiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da Serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. 175p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire?** São Paulo: Editora Brasiliense. 2006. 65p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Ouvir, acolher, dizer, partilhar.** In: POLETTO, Ivo. (Org.) Solidário mestre da vida: celebrando 90 anos de Dom Tomás Balduino. São Paulo: Paulinas, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática:** escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Edições Loyola, 1984. 176p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Peões, pretos e congos:** relações de trabalho e identidade étnica em Goiás. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília, 1974.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer:** um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer um trabalho de campo.** Sociedade e cultura. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, vol. 10, nº 1, p. 11-27, jan./jun., 2007a.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Ruris:** revista do centro de estudos rurais, v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007b.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, v. 6, n. 1, p.51-62, 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Maristela Correa. **O lugar da vida:** comunidade e comunidade tradicional. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. Ed. Especial do XXI Enga – 2012, jun., 2014. pp. 1-23.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CAMPOS, Maria Malta; DEMO, Pedro. Quais as questões básicas hoje, para um debate sobre pesquisa participante? *Revista Em Aberto*, Brasília, ano 3, nº 20, p. 13-23, abr., 1984.

BRASIL. **Lei nº 12.188;** de 11 de janeiro de 2010; institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pnater); cria o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater); e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm#art29>. Acesso em 10 de maio de 2020.

CALDAS, Nádia Velleda; ANJOS, Flávio Sacco dos. (2021). **Extensão rural:** um manual para alunos de graduação. Pelotas: Ed. UFPel. 2021. 148p.

DE LUCAS, Ademir; MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi; SARMENTO, Gustavo. Trajetórias da Agricultura familiar e o Papel da Extensão Rural: Estudo de Caso do Alto da Serra de São Pedro. In: Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 8., 2010, Porto de Galinhas, PE, Brasil. **Anais [...]** Porto de Galinhas: Universidade

Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), 2010. 15p. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/read/30966715/estudo-do-caso-do-alto-alasru>>. Acesso em: 12 abr. 2023.

FACCO, Hector dos Santos; DISKA, Nathana Marina; SILVA, Gustavo Pinto da. As vivências como metodologia de ensino da extensão rural: a aproximação entre estudantes e agricultores para a compreensão da realidade social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 262, p 821-838, 2021.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. **São Paulo: Paz e Terra**, 1978. 432p.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 25. ed. Editora Paz e Terra. 2021. 128p.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 34 – 41, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1992. 245p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

IDAM - Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas. Lei de ATER. Disponível em: <<http://www.idam.am.gov.br/o-idam/lei-de-ater/>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

JÚPITERWEB. Disciplina: LES0129 - Sociologia e Extensão. *Sistemas USP*. Disponível em: <<https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=LES0129&codcur=11010&codhab=0>>. Acesso em: 20 jul. 2022.

KELSEY, L. D. & HEARNE, C. C. **Serviço de extensão cooperativa**. Curso de extensão. Rio de Janeiro, USAID, 1966, 420p.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; DE LUCAS, Ademir; TRIVELLATO, Gabriela Maria Leme. O Papel da Extensão Universitária no apoio à Agricultura Familiar no município de São Pedro/SP. **Revista Cultura e Extensão da USP**, São Paulo, v. 18, p. 13-23, 2017.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRE, 1996. 523p.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, p. 17-33, 1999.

PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Textos para discussão, n. 48. Brasília: Senado Federal, Consultoria Legislativa., 2008. 50p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 463p.

RETIÈRE, Morgane Isabelle Hélène. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização**: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. 2014. 114p. Dissertação (Mestrado em Ciências). Piracicaba: Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada ESALQ-CENA, Universidade de São Paulo. 2014.

ROMANIELLO, Marcelo Márcio; ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. **Extensão Rural e Sustentabilidade**: guia de estudos. Lavras: UFLA. 2015. 114p.

SILVA FILHO, R. L. L. (2020). Os currículos de engenharia no Brasil e a formação dos novos engenheiros para o século XXI. In: SILVA FILHO, R.L.L.; LOBO, M. B.; CARDOSO, J. R.; PERRENOUD, R. **Engenheiros para quê?** São Paulo: Edusp, p. 55-70, 2020.

SILVA, Ana Paula da; OLIVEIRA, Júlia Teresa Aier de. (2010). O modelo cooperativo de Extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. **Revista Ceres**, Viçosa, v.57, n.3, p. 297-306.

SOUSA, Angélica Silva de; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; ALVES Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83, 2021.

TRIVELLATO, Gabriela Maria Leme; LEME, Luciana Maria de Lima; LUCAS, Ademir de. O Grupo de Extensão de São Pedro/SP (GESP) da ESALQ/USP e os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: 33anos de história. **Revista Conexão ComCiência**, v. 2, n. 2, p. e8094, 2022.

UNESCO. **Declaración mundial sobre la educación superior en el siglo XXI: visión y acción**. Paris: UNESCO, 1998. 135 p. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000116345_spa>. Acesso em: 31 jan. 2024.

WHITE, L. A.; DILLINGHAM, B. **O conceito de cultura**. Tradução Tereza Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

(Recebido em fevereiro de 2024; aceito em março de 2024)